

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ
SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 3.ª REGIÃO**

SEGUNDA PROVA ESCRITA

- 1) **Direito Individual do Trabalho.** Fundamentos da Escola Exegética de Interpretação do Direito. Sua aplicabilidade, ou não, ao Direito do Trabalho.
- 2) **Direito Individual do Trabalho.** Salário social: conceito e justificativa(s).
- 3) **Direito Coletivo do Trabalho.** Relativamente à taxonomia da Convenção Coletiva de Trabalho, formaram-se, no curso do tempo, várias teorias assim agrupadas: teorias civilistas, de transição e jurídico-sociais. No último grupo, situa-se a denominada Teoria do Relativismo Jurídico de Léon Duguit. Em que consiste?
- 4) **Direito Processual do Trabalho.** Em que consiste o efeito traslativo dos recursos trabalhistas.
- 5) **Direito Processual Civil.** A técnica mandamental é cabível nos casos em que há previsão de meios típicos de execução por sub-rogação e vice-versa? Considerando a sua eficácia mandamental, quais os limites objetivos da coisa julgada nas ações inibitórias? Justificar.
- 6) **Direito Civil.** Pós-eficácia das obrigações: fundamentação dogmática.
- 7) **Direito Constitucional.** Considerando a indivisibilidade dos direitos fundamentais, como solucionar os conflitos de princípios constitucionais que consagram tais direitos (colisão de direitos fundamentais, como no seguinte exemplo: de um lado, é invocado o direito à intimidade e à vida privada e, do outro lado, o direito à liberdade de pensamento)? O conflito de princípios jurídicos constitucionais ocorre no plano da validade ou no plano da eficácia? Justificar.
- 8) **Direito Administrativo.** O ordenamento jurídico nacional abriga a responsabilidade civil do Estado-administrador, do Estado-legislador e do Estado-juiz. Mas esta responsabilização alcança as hipóteses de danos decorrentes da intempestividade do provimento jurisdicional e de danos decorrentes de ato legislativo constitucional? Para a responsabilização do Estado por ato legislativo inconstitucional, é necessário que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade da lei em ação direta? Justificar.